

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 910.760 RIO GRANDE DO SUL

| | |
|-----------------------|---|
| RELATOR | : MIN. TEORI ZAVASCKI |
| RECTE.(S) | : GENTILE NARDON |
| ADV.(A/S) | : DOUGLAS DALL CORTIVO DOS SANTOS E OUTRO(A/S) |
| RECDO.(A/S) | : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL FEDERAL |

DECISÃO: 1. Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto com base no art. 102, III, da Constituição Federal em que a parte recorrente sustenta, preliminarmente, a existência de repercussão geral da matéria e aponta ofensa, pelo juízo recorrido, a dispositivos constitucionais.

2. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que é ônus do recorrente a demonstração formal e fundamentada de repercussão geral da matéria constitucional discutida no recurso extraordinário, com indicação específica das circunstâncias reais que evidenciem, no caso concreto, a relevância econômica, política, social ou jurídica. Não bastam, portanto, para que seja atendido o requisito previsto nos artigos 102, § 3º, da CF e 543-A, § 2º, do CPC, alegações genéricas a respeito do instituto, como a mera afirmação de que (a) a matéria controvertida tem repercussão geral; (b) o tema goza de importância econômica, política, social ou jurídica; (c) a questão ultrapassa os interesses subjetivos da parte ou tem manifesto potencial de repetitividade; (d) a repercussão geral é consequência inevitável de suposta violação a dispositivo constitucional; ou, ainda, (e) há jurisprudência pacífica desta Corte quanto ao tema discutido. Nesse sentido: ARE 691.595-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 25/02/2013; ARE 696.347-AgR-segundo, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 14/02/2013; ARE 696.263-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 19/02/2013; AI 717.821-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 13/08/2012.

Ora, no caso, a alegação de repercussão geral não está acompanhada

ARE 910760 / RS

de fundamentação demonstrativa nos moldes exigidos pela jurisprudência do STF.

3. Ademais, não há, na fundamentação do recurso, a indicação adequada da questão constitucional controvertida, porquanto a ora recorrente não apontou, nas suas razões recursais, os dispositivos constitucionais tidos por violados. Tal circunstância consubstancia deficiência na fundamentação recursal, motivo pelo qual não pode ser conhecido, quanto a essa matéria, o recurso extraordinário. Incide, na hipótese, a Súmula 284 do STF: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*".

4. Ainda que assim não fosse, o acórdão recorrido decidiu com base na legislação infraconstitucional de regência, podendo ocorrer, no máximo, ofensa indireta e reflexa à CF/88.

5. Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro **TEORI ZAVASCKI**

Relator

Documento assinado digitalmente